



Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba

Avenida Princesa Isabel, 201 - Bairro Centro - CEP 58020-911 - João Pessoa - PB

MINUTA - CPL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026

CONTRATANTE (UASG):

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA (070009)

OBJETO:

Contratação de empresa especializada para a remoção de forro existente, fornecimento e instalação de forro do tipo modular, apoiado em estrutura metálica, bem como o fornecimento e instalação de bandeira de drywall para fechamento modular, nos corredores, espaços de convivência e halls dos elevadores dos 6 (seis) pavimentos do prédio-sede do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, incluindo todos os materiais, insumos, equipamentos de segurança, ferramentas, mão de obra, transporte, desmontagem e destinação adequada do forro existente.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:

R\$ 209.408,00 (duzentos e nove mil, quatrocentos e oito reais)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA:

Dia 25/02/2026, às 09h00 (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço

MODO DE DISPUTA:

Aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS:

Não

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM:

Não

SUMÁRIO

- 1. DO OBJETO**
- 2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**
- 3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO**
- 4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**
- 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**
- 6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**
- 7. DA FASE DE JULGAMENTO**
- 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**
- 9. DOS RECURSOS**
- 10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**
- 11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**13. DA FISCALIZAÇÃO, DA ENTREGA DO OBJETO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO****14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS****TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026**

(Processo SEI n.º 0001423-20.2026.6.15.8000)

Torna-se público que o **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA**, sediado na Avenida Princesa Isabel, nº 201, Tambiá, João Pessoa, Paraíba, CEP 58020-528, por meio do Agente de Contratação designado pela Portaria n.º 139/2023, publicada em 09/05/2023, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REMOÇÃO DE FORRO EXISTENTE, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE FORRO DO TIPO MODULAR, APOIADO EM ESTRUTURA METÁLICA, BEM COMO O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE BANDEIRA DE DRYWALL PARA FECHAMENTO MODULAR, NOS**

CORREDORES, ESPAÇOS DE CONVIVÊNCIA E HALLS DOS ELEVADORES DOS 6 (SEIS) PAVIMENTOS DO PRÉDIO-SEDE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA, INCLUINDO TODOS OS MATERIAIS, INSUMOS, EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA, FERRAMENTAS, MÃO DE OBRA, TRANSPORTE, DESMONTAGEM E DESTINAÇÃO ADEQUADA DO FORRO EXISTENTE, conforme condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em **ITEM ÚNICO**.

1.3. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO** e o regime de execução do objeto será o de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus anexos.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar desta certame quaisquer interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item **2.1** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.6.3. pessoa física, conforme item **4.6.2** do Termo de Referência/Termo de Referência/Projeto Básico, Anexo I, deste Edital, posto que a contratação exigirá capital social mínimo e estrutura mínima, com equipe de profissionais para a execução do objeto, nos termos do [artigo 4º, parágrafo único, da Instrução Normativa n. 116/2021-SEGES/ME](#).

2.6.4. autor do anteprojeto, do Termo de Referência/Projeto Básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do Termo de Referência/Projeto Básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.6. pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.9 pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.10. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.11. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.6.12. pessoas jurídicas reunidas em consórcio, qualquer que seja a sua forma de constituição. Nos termos do item **4.6.1** do Termo de Referência/Projeto Básico, as empresas que atuam na área, individualmente, e que possuem os requisitos estabelecidos no PB têm condições de prover o bem previsto na contratação objeto dos presentes autos. Além disso, a formação de consórcios traz consigo um maior custo administrativo para a futura equipe de gestão e fiscalização do contrato. Dessa forma, não se faz necessária a junção de empresas para a perfeita execução do objeto, ao mesmo tempo em que amplia sobremaneira a competitividade do certame;

2.6.13. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.14. empresas em processo de recuperação judicial ou extrajudicial ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação, salvo se apresentar a comprovação de que o plano de recuperação foi acolhido na esfera judicial, ou decisão judicial que a desobrigue da apresentação da certidão negativa, ou, ainda, comprove a capacidade econômico-financeira da empresa (conforme jurisprudência do STJ no Resp. n.º 1173735/RN.T4 e no AgRg na MC n.º 23.499/RS.T2, do TCU no Acórdão n.º 8.271/2011 – 2.ª Câmara e da AGU no Parecer 4/2015/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU, exarado no Processo n.º 00407.000226/2015-22);

2.6.15. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.7. O impedimento de que trata o item **2.6.6.** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens **2.6.4. e 2.6.5.** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto nos itens **2.6.4. e 2.6.5.** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do Termo de Referência/Projeto Básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

2.12. A vedação de que trata o item **2.6.15.** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

3.1. O orçamento estimado da contratação objeto desta licitação não será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta

vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 13.133, de 2021](#).

4.5. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência/Projeto Básico, quando for o caso, para usufruir do benefício.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “**não**” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “**não**” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei; constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.7.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações;

4.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.8. A falsidade da declaração de que trata os itens **4.3.** ou **4.6.** sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, **sendo vedado:**

4.13.1. valor superior a lance já registrado pelo licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.13.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item **4.12.** possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, **no sistema eletrônico**, dos campos próprios:

5.1.1. VALOR UNITÁRIO E TOTAL DO ITEM;

5.1.1.1. Não será permitida oferta parcial, em relação ao quantitativo total fixado para o ITEM;

5.1.1.2. Caso o valor total e/ou os valores unitários decorrentes do preço total proposto contenham mais de duas casas após a vírgula, as casas decimais excedentes serão desconsideradas pelo(a) pregoeiro(a), ainda que seja reduzido o preço total do Item, sendo esta alteração considerada uma negociação.

5.1.2. Descrição do objeto, inclusive marca e modelo (se for o caso), contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, Anexo I do Edital;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo constante na proposta de preços do produto, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderá se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.8.2. Caso a adjudicação não possa ocorrer dentro do período de validade da proposta, por motivo de força maior, o Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba poderá solicitar a prorrogação da validade por, no máximo, igual período.

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. Os lances deverão ser ofertados pelo **VALOR TOTAL DO ITEM ÚNICO**.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **0,01 (um centavo de real)**.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.10.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.10.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o "**MODO DE DISPUTA ABERTO**", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.18.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas

de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro.

6.18.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

6.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.19.1 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

6.19.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

6.19.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.19.4. O licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.19.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.19.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.19.8. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Resolução CNJ nº 497, de 2023;

6.20.3.1 Para fins do disposto no item **6.20.3**, serão consideradas ações de equidade, respeitada a seguinte ordem:

- a) medidas de inserção, de participação e de ascensão profissional igualitária entre mulheres e homens, incluída a proporção de mulheres em cargos de direção do licitante;
- b) ações de promoção da igualdade de oportunidades e de tratamento entre mulheres e homens em matéria de emprego e ocupação;
- c) igualdade de remuneração e paridade salarial entre mulheres e homens;
- d) práticas de prevenção e de enfrentamento do assédio moral e sexual;
- e) programas destinados à equidade de gênero e de raça; e
- f) ações em saúde e segurança do trabalho que considerem as diferenças entre os gêneros.

6.20.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

6.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2. empresas brasileiras;

6.21.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22. Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate estabelecidos nos itens **6.20 e 6.21**, proceder-se-á a sorteio das propostas empatadas a ser realizado em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo, consoante disciplina o art. 28, parágrafo 2º, da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo estabelecido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.23.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

6.23.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.23.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.23.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.24. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, **no prazo de até 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, **nos termos do Anexo II do Edital**, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados;

6.24.1. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6.26. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de desclassificação, **DECLARAÇÃO** de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item **2.6.** do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Atendidas as condições de participação do licitante, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício aplicado.

7.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou excessivos (permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação);

7.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável;

7.8. Será considerado preço excessivo, para fins de desclassificação, aquele que ultrapassar, após o desconto global oferecido pelo licitante, o valor total orçado pelo TRE/PB:

Item	Und	Qtde	Descrição	CATSE R	Valor Total Máximo do Item (R\$)
01	SE RV	01	Contratação de empresa especializada para a remoção de forro existente, fornecimento e	18180	209.408,00

		instalação de forro do tipo modular, apoiado em estrutura metálica, bem como o fornecimento e instalação de bandeira de drywall para fechamento modular, nos corredores, espaços de convivência e halls dos elevadores dos 6 (seis) pavimentos do prédio-sede do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, incluindo todos os materiais, insumos, equipamentos de segurança, ferramentas, mão de obra, transporte, desmontagem e destinação adequada do forro existente. Conforme Termo de Referência, Anexo I do edital.	
--	--	---	--

7.9. Considera-se **preço manifestamente inexequível**, para fins de desclassificação, aquele que o licitante não comprove a sua viabilidade, quando contestada;

7.9.1. No caso de bens e serviços em engenharia, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração;

7.9.2. A inexequibilidade só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.9.2.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.9.2.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1 – A habilitação do licitante, nos termos da Lei nº 14.133/2021, será verificada mediante:

8.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

8.1.1.1. Inscrição no Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.1.1.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

8.1.2. **REGULARIDADE FISCAL E SOCIAL:**

8.1.2.1. consulta " ao **SICAF**, constatando-se a sua regularidade perante a Fazenda Nacional (Certidão de Regularidade de Tributos Federais), Fazenda Estadual (Certidão de Regularidade), Fazenda Municipal (Certidão de Regularidade), Seguridade Social (Certidão de Regularidade – CND) e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (Certidão de Regularidade – CRF).

8.1.3. **REGULARIDADE TRABALHISTA:**

8.1.3.1. apresentação de prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa válida (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943, podendo-se fazer consulta "**on line**" ao sítio do **TST**.

8.1.4. **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

8.1.4.1. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

8.1.4.1.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

8.1.4.1.2. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

8.1.4.2. **Registro no Conselho:**

8.1.4.2.1. Apresentação de Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica, expedida por conselho profissional competente, em nome de cada licitante. A referida Certidão deverá comprovar que em seu objetivo social o Licitante está habilitado a exercer atividade relacionada ao objeto do Termo de Referência, Anexo I do edital;

8.1.4.2.1.1. Para a fase da habilitação será exigida apenas a comprovação do registro no respectivo Conselho Profissional, devendo a contratada comprovar obrigatoriamente a quitação do registro até a assinatura do contrato.

8.1.4.2.2. Apresentação de Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Física (CRQPF), junto ao Conselho Profissional pertinente, de qualquer uma das regiões, válida na data de apresentação da proposta, em nome de todos os profissionais detentores dos atestados técnicos que compuserem a documentação comprobatória da QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL do licitante;

8.1.4.2.2.1. Para a fase da habilitação será exigida apenas a comprovação do registro no respectivo Conselho Profissional, devendo a contratada comprovar obrigatoriamente a quitação do registro até a assinatura do

contrato.

8.1.4.2.3. Para fins de **habilitação** no certame, licitantes sediadas em outra Unidade da Federação poderão apresentar certidões expedidas pelo conselho profissional competente do seu Estado de origem, sem estarem necessariamente visadas pelo conselho profissional competente na Paraíba.

8.1.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL:

8.1.5.1. Comprovação de aptidão por meio de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante executou, de forma satisfatória, serviços de natureza semelhante aos ora licitados (instalação de forros em material similar, preferencialmente em ambientes institucionais, com metragem compatível) por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, registrado no conselho profissional competente.

8.1.5.1.1. Para fins da comprovação de que trata o subitem 8.1.5.1., os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes **características mínimas**:

- **Execução de, no mínimo, 600m2 de forros em placas modulares removíveis com utilização de ferragens.**

8.1.5.1.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

8.1.5.1.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.1.5.1.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

8.1.5.1.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

8.1.5.1.6. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

8.1.5.1.7. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

8.1.6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL:

8.1.6.1. Apresentação do(s) profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes aos ora licitados, conforme abaixo indicado:

- **Profissional(is) de nível superior ou técnico, devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica, que comprove ter o profissional executado serviços de engenharia idênticos ou similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à parcela de maior relevância do objeto da licitação, conforme item 8.1.5.1.1.**

8.1.6.2. O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021).

8.1.6.3. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

8.1.6.4. Será considerado como pertencente ao corpo técnico do licitante, para fins de comprovação do acervo técnico-profissional, definido em d.4.1, profissionais que possuam seu vínculo à licitante comprovado mediante apresentação de um dos seguintes documentos, dentre outros:

- a) Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica junto à entidade competente, se nesse documento constar o nome do profissional indicado dentre os responsáveis técnicos da empresa;
- b) Ficha de registro do empregado com o carimbo da DRT acompanhada da guia do último mês de recolhimento do FGTS no qual conste o nome do(s) profissional(is);
- c) Cópia autenticada da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), expedida pela Secretaria de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, contendo as folhas que demonstrem o número de registro, qualificação civil, contrato de trabalho e última alteração de salário ou Contrato de Trabalho ou Ficha de Registro de Empregado (FRE), em frente e verso, devidamente visada pela DRT ou ainda, na qualidade de profissional liberal, contrato de prestação de serviços;
- d) Contrato social, Certidão da Junta Comercial ou Ato Constitutivo devidamente atualizados em que se demonstre a condição de sócio, proprietário(s) ou dirigente(s), do(s) profissional(is) indicado(s);
- e) Contrato de prestação de serviço sem vínculo trabalhista, regido pela legislação civil comum, conforme previsto no Acórdão TCU nº 80/2010 – Plenário;
- f) Declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado de responsabilidade técnica, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional.

8.1.7. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

8.1.7.1. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante, a menos de **90 (noventa) dias** da data prevista para abertura da licitação.

8.1.8. **DECLARAÇÃO** de cumprimento do disposto no **art. 3.º da Resolução do CNJ n.º 07, de 18 de outubro de 2005**, com a redação dada pela Resolução n.º 09/2005¹, e conforme o entendimento daquele Conselho exposto na alínea "a" do Enunciado Administrativo nº 01², podendo ser utilizado o modelo em anexo;

8.1.9. **DECLARAÇÃO** de cumprimento ao disposto no **artigo 4.º da Resolução do CNJ n.º 156 de 08 de agosto de 2012**, podendo ser utilizado o modelo em anexo;

8.1.10. A documentação exigida para fins de habilitação fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.1.11 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por outros meios hábeis, inclusive eletrônico.

8.1.12. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.1.13. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.1.14. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a **DECLARAÇÃO** de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.1.15. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.1.15.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.1.16. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

8.1.16.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.1.17. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.1.17.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de até 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.1.18. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.1.18.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.1.19. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item **8.1.17.1.**, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, **em até 02 (duas) horas**, para:

8.1.19.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.1.19.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.1.19.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.1.19.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.1.20. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação;

8.1.21. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.1.22. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem **8.1.17.1.**

8.1.23. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.1.24. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de **30 (trinta) minutos**.

9.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10. Os autos do processo administrativo que originou o presente edital (**SEI nº 0001423-20.2026.6.15.8000**) estão com vista franqueada aos interessados, na Comissão Permanente de Licitação, localizada no 3º andar do Edifício Sede do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, podendo, ainda, o inteiro teor dos autos ser disponibilizado, de forma eletrônica, mediante solicitação endereçada ao e-mail cpl@tre-pb.jus.br.

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021 e da Portaria nº 301/2023 - TRE-PB/PTRE/ASPRE](#), o licitante ou o contratado que:

10.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

10.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

10.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

10.1.5. não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

- 10.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 10.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 10.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 10.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato
- 10.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 10.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e
- 10.1.12. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.](#)

10.2. O licitante ou o contratado que incorrer em infração administrativa prevista no item **10.1**, apurada em regular processo administrativo, com garantia de contraditório e ampla defesa, sujeitar-se-á às seguintes sanções:

- 10.2.1. advertência;
- 10.2.2. multa;
- 10.2.3. impedimento de licitar e contratar;
- 10.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.3. A aplicação das sanções previstas no item **10.2** não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

10.4. A sanção de advertência será aplicável na hipótese de inexecução parcial do contrato que não implique em grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, bem como na hipótese de descumprimento de pequena relevância praticado pelo contratado e que não justifique imposição de penalidade mais grave.

10.5. A multa será aplicada, isolada ou cumulativamente com outras penalidades previstas no item **10.2.**, ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item **10.1.**

10.5.1. Além das multas compensatória e moratória, poderão ser aplicadas, de forma cumulativa e diretamente pela Fiscalização, retenções ou glosas nas medições, conforme inadimplências na apresentação de documentos observadas e/ou desempenho técnico insatisfatório.

10.5.2. A multa compensatória será calculada conforme estabelecido no **Termo de Referência, Anexo I, deste Edital.**

10.5.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será obtida observando-se a seguinte ordem:

- 10.5.3.1. utilização da garantia eventualmente prestada;
- 10.5.3.2. compensação dos créditos de outros contratos firmados pelo contratado com este Regional, na forma do Termo de Referência/Projeto Básico, do edital ou do contrato;

10.5.3.3. por via judicial.

10.5.4. O atraso injustificado na execução do pactuado sujeitará o contratado a multa de mora de prevista no **Termo de Referência, Anexo I, deste Edital**;

10.5.5. A aplicação de multa moratória não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções dispostas no item **10.2.**

10.6. A sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no item **10.2.** será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos itens **10.1.2., 10.1.3., 10.1.4., 10.1.5., 10.1.6. e 10.1.7.,** quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.7. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos itens **10.1.8., 10.1.9., 10.1.10., 10.1.11. e 10.1.12.,** bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens **10.1.2., 10.1.3., 10.1.4., 10.1.5., 10.1.6. e 10.1.7.** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item **10.6.,** e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

10.8. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar requererá a condução de processo de responsabilização por Comissão Permanente de Responsabilização de Licitantes e Contratados - CPRLC.

10.9. Na aplicação das sanções, a autoridade competente considerará:

10.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

10.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

10.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.9.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

10.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos nesta última Lei.

10.11. Da aplicação das sanções previstas nos itens **10.2.1, 10.2.2. e 10.2.3.** caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação.

10.11.1. O recurso de que trata o **item 10.11.** será dirigido à Diretoria-Geral, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à Presidência, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

10.12. Da aplicação da sanção prevista no item **10.2.4** caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo meio do e-mail **cpl@tre-pb.jus.br**

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 – As despesas decorrentes da contratação objeto deste certame correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba para o exercício de 2026, Programa de Trabalho Resumido - PTRES 167648, Elemento de Despesa 339030, Plano Interno ADM MATMAN.

12.2 - A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e a liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DA FISCALIZAÇÃO, DA GESTÃO DO CONTRATO, DA ENTREGA DO OBJETO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

13.1 Conforme constam no Termo de Referência, Anexo I deste edital.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia, do formalismo moderado e do interesse público.

14.9. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – **Cadin** e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

14.9.1. A existência de registro no **Cadin** constitui fator impeditivo para a contratação.

14.10. As empresas contratadas para prestação de serviços com acesso à informações restritas ou sigilosas do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba deverão celebrar, no ato da assinatura do contrato ou da retirada da Nota de Empenho, termo de responsabilidade e confidencialidade das informações, conforme anexo deste Edital;

14.10.1 Os(as) profissionais empregados pelas contratadas referidas no item **14.10** que, na prestação dos serviços, tiverem acesso à informações restritas ou sigilosas do tribunal regional eleitoral da paraíba deverão assinar declaração de ciência do **Termo de Responsabilidade e Confidencialidade das Informações**, conforme anexo deste Edital, comprometendo-se a cumpri-lo.

14.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.12. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico <https://www.tre-pb.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-de-contratacoes/licitacoes/licitacoes>.

14.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos e apêndices:

- 14.13.1. Anexo I - Termo de Referência (2298196);
- 14.13.2. Anexo II - Das Especificações e dos Quantitativos;
- 14.13.3. Anexo III - Estudos Técnicos Preliminares (2293002);
- 14.13.4. Anexo IV - Modelo de Declaração de Vistoria Técnica;
- 14.13.5. Anexo V – Modelo de declaração de cumprimento do disposto no art. 3.º da Resolução n.º 07 do CNJ;
- 14.13.6. Anexo VI – Modelo de Declaração de cumprimento ao disposto no artigo 4.º da Resolução n.º 156/2012 do CNJ;
- 18.13.7. ANEXO VII - Modelo de Termo de Responsabilidade e Confidencialidade das Informações do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba - Contratações;
- 18.13.8. ANEXO VIII- Modelo de Declaração de Ciência do Termo de Responsabilidade e Confidencialidade das Informações do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba.

João Pessoa (PB), 04 de fevereiro de 2026.

ANDREZA ALVES GOMES
PREGOEIRO(A)



Documento assinado eletronicamente por ANDREZA ALVES GOMES em 04/02/2026, às 13:33, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pb.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=2302702&crc=2C6F08A0, informando, caso não preenchido, o código verificador **2302702** e o código CRC **2C6F08A0..**



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026
(Processo SEI n.º 0001423-20.2026.6.15.8000)

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA



Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba
Avenida Princesa Isabel, 201 - Bairro Centro - CEP 58020-911 - João Pessoa - PB

Contratação - Termo de Referência - Serviços nº 4/2026 - TRE-PB/PTRE/DG/SAD/COMAT

1. OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a **contratação de empresa especializada para a remoção de forro existente, fornecimento e instalação de forro do tipo modular, apoiado em estrutura metálica, bem como o fornecimento e instalação de bandeira de drywall para fechamento modular, nos corredores, espaços de convivência e halls dos elevadores dos 6 (seis) pavimentos** do prédio-sede do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, incluindo todos os materiais, insumos, equipamentos de segurança, ferramentas, mão de obra, transporte, desmontagem e destinação adequada do forro existente.

1.2. A contratação é classificada como **serviço comum de engenharia**, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e da regulamentação interna do TRE/PB (Portaria nº 84/2023).

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E NORMATIVA

2.1. A presente contratação fundamenta-se, em especial, nos seguintes diplomas legais e normativos:

- a) **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021** – Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- b) **Portaria nº 84/2023 TRE-PB/PTRE/ASPRE**, que estabelece diretrizes para implantação da Lei nº 14.133/2021 no âmbito da Justiça Eleitoral da Paraíba, inclusive quanto ao uso dos modelos de Termo de Referência da CNMLC/CGU/AGU;
- c) **Instruções Normativas SEGES/ME** indicadas na Portaria nº 84/2023, no que couber, especialmente:
 - IN SEGES/ME nº 58/2022 (ETP);
 - IN SEGES/ME nº 65/2021 (pesquisa de preços);
 - IN SEGES/ME nº 72/2021 (valor estimado para obras e serviços de engenharia);
 - IN CGNOR/ME nº 81/2022 (Termo de Referência);
- d) **Normas técnicas** aplicáveis da ABNT, em especial, no que couber:
 - NBR 15.575 – Edificações – Desempenho;
 - NBR 9077 – Saídas de emergência em edifícios;
 - NBR 5410 – Instalações elétricas de baixa tensão (interferência com o forro);
- e) **Normas de segurança contra incêndio e pânico** expedidas pelo Corpo de Bombeiros Militar da Paraíba – CBM/PB, especialmente quanto à classificação de reação ao fogo dos materiais;
- f) **Política Nacional de Resíduos Sólidos** – Lei nº 12.305/2010;
- g) Demais normas internas do TRE/PB e regulamentações aplicáveis à espécie.

2.2. Aplica-se, ainda, no que couber, o disposto nos modelos de Termo de Referência para **Serviços Comuns de Engenharia** da Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos – CNMLC/CGU/AGU, indicados no Anexo I da Portaria TRE/PB nº 84/2023.

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

3.1. A necessidade da contratação está detalhada no **Documento de Formalização da Demanda (DFD)** 2292350e nos **Estudos Técnicos Preliminares (ETP)** 2293002, os quais demonstram:

- a) o estado de desgaste e deterioração do forro atualmente existente nos corredores e halls de elevadores dos 6 pavimentos do prédio-sede do TRE/PB;
- b) o risco potencial de desprendimento de partes do forro, com possibilidade de acidentes e comprometimento da segurança de servidores, magistrados, colaboradores e usuários;
- c) a insuficiência do sistema atual quanto ao desempenho acústico e térmico, em desacordo com as necessidades de conforto ambiental em áreas de circulação intensa;
- d) a necessidade de adequação às normas técnicas e às exigências de segurança contra incêndio, incluindo o uso de materiais com características de não propagação de chamas.

3.2. A contratação também se justifica pelo **alinhamento aos instrumentos de planejamento do TRE/PB**, em especial:

- a) **Planejamento Estratégico** vigente, relacionado à melhoria e modernização da infraestrutura física;
- b) **Plano de Logística Sustentável (PLS)**, quanto à adoção de materiais com menor impacto ambiental e melhoria da eficiência energética;

3.3. Não há, no âmbito do TRE/PB, equipe própria especializada, nem disponibilidade de materiais e equipamentos, para execução direta do serviço pretendido, impondo-se a contratação de empresa especializada.

4. DESCRIÇÃO DO OBJETO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

4.1. O objeto compreende, em síntese:

- a) **Desmontagem** do forro atualmente existente nos corredores e halls de elevadores dos 6 pavimentos, incluindo a retirada de eventuais perfis e elementos de sustentação incompatíveis com o novo sistema;
- b) **Destinação adequada dos resíduos**, conforme legislação ambiental vigente;
- c) **Fornecimento** de todos os materiais necessários à instalação de novo forro do **tipo modular mineral**, apoiado em estrutura metálica;
- d) Fornecimento e instalação de Drywall para o fechamento modular das áreas verticais (testeiras);
- e) **Instalação** completa do novo forro, em conformidade com as especificações técnicas a seguir descritas.

4.2. Especificações técnicas mínimas do sistema de forro:

4.2.1. Forro Modular Mineral:

- a) Material: **espessura 13MM e Formato 0625x0625MM** (pintura ou revestimento conforme solução técnica);
- b) Modelo de referência: KNAUF AMF ecomin filigran 625x625 - 13mm na COR BRANCA
- c) Propriedades:
 - bom desempenho acústico, com capacidade de atenuação sonora compatível com ambientes de circulação;

- desempenho térmico que contribua para redução de trocas de calor entre laje e ambiente interno;
- resistência à umidade em níveis compatíveis com ambiente interno climatizado;

d) Segurança contra incêndio: material com classificação de reação ao fogo compatível com as normas do CBM/PB.

4.2.2. Estrutura metálica de sustentação:

- a) Perfis metálicos (ex.: aço galvanizado), adequadamente dimensionados e tratados contra corrosão;
- b) Sistema compatível com o forro a ser instalado, conforme especificações do fabricante;
- c) Fixações (parafusos, buchas, conectores, pendurais, etc.) em quantidade e qualidade suficientes para garantir a estabilidade do sistema, observadas as cargas atuantes e as orientações técnicas.

4.2.3. Execução e acabamento:

- a) O forro deverá ser instalado em nível, com tolerâncias compatíveis com boa técnica de engenharia e as recomendações do fabricante;
- b) Deverá ser garantida a correta integração com luminárias, grelhas de ar-condicionado, detectores de fumaça e demais elementos existentes no teto;
- c) Deverá ser garantida a acessibilidade para manutenção de instalações embutidas ou sobrepostas, quando aplicável;
- d) As bordas e "viradas" de forro deverão receber acabamento adequado, assegurando continuidade estética e funcional.

4.3. Todos os materiais empregados deverão ser **novos, de primeira qualidade**, atender às normas técnicas pertinentes e ser compatíveis entre si.

5. QUANTITATIVOS ESTIMADOS

5.1. A área a ser atendida foi estimada com base no DFD e nos Estudos Técnicos Preliminares, resultando em:

- a) **Área horizontal** (corredores e halls dos elevadores dos 6 pavimentos): 1.300 m²;
- b) **Área vertical ("viradas" de forro)**: 12 m² por pavimento × 6 pavimentos = 72 m²;
- c) **Área total líquida estimada**: 1.372 m².

5.2. Considerando **margem técnica de 5%** para perdas em cortes, recortes e ajustes, a **área total de material de forro a ser fornecido e instalado** poderá ser superior à área líquida.

6. MODELO, PRAZO E LOCAL DE EXECUÇÃO

6.1. O prazo máximo para execução integral dos serviços será de **30 (trinta) dias consecutivos**, contados a partir da **emissão da Ordem de Serviço e Nota de Empenho**, podendo ser ajustado em cronograma a ser apresentado pela Contratada e aprovado pela Administração.

6.2. O local de execução dos serviços é o **prédio-sede do TRE/PB**, situado na Avenida Princesa Isabel, nº 201, Tambiá - João Pessoa/PB, nos corredores e halls de elevadores dos 6 pavimentos.

6.3. A execução deverá ocorrer, preferencialmente, em **horário que minimize interferência nas atividades do TRE/PB**, podendo ser estabelecidos períodos específicos (ex.: fora do horário de expediente e/ou dias não úteis) pela Administração.

6.4 Rotinas a serem cumpridas:

I - Visita ao local (Recomendado): Levantamento prévio das condições de cada pavimento, com identificação de interferências (instalações aparentes ou embutidas, equipamentos, luminárias etc.) e planejamento dos equipamentos de segurança;

II - Desmontagem do forro existente: Desmontagem cuidadosa do forro e de seus elementos de sustentação, de modo a não danificar as estruturas do prédio ou instalações existentes; Acondicionamento e remoção do material desmontado, evitando acúmulo de resíduos nas áreas de circulação; Transporte e destinação ambientalmente adequada dos resíduos, às expensas da Contratada.

III - Instalação do novo forro e estrutura metálica: Montagem da estrutura metálica de suporte, inclusive perfis, pendurais e demais elementos; Colocação das placas/painéis, observando alinhamento, nivelamento e recortes necessários para integração com outros sistemas; Verificação da estabilidade e segurança do conjunto após a instalação; Ajustes finais na interface com luminárias, grelhas de climatização, detectores, sprinklers e demais componentes.

7. VALOR ESTIMADO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. O **valor estimado da contratação** será apurado com base em **pesquisa de preços** a ser realizada pela Administração, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021 e demais normas aplicáveis, levando-se em conta, dentre outros:

- a) preços registrados em contratações anteriores de objeto similar;
- b) orçamentos obtidos junto a empresas do ramo, em número adequado à formação de preço de referência;
- c) eventual consulta a bases referenciais públicas ou índices setoriais, quando cabível.

7.2. As **memórias de cálculo** da estimativa de preços e os **documentos de suporte da pesquisa de mercado** serão juntados aos autos do processo, em atendimento às normas vigentes.

7.3. A **dotação orçamentária** que suportará a despesa **será oportunamente indicada** pela Administração do TRE/PB, observada a disponibilidade orçamentária e financeira, e consignada nas peças próprias do processo, antes da formalização da contratação.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Constituem obrigações da Contratada, além de outras previstas na legislação aplicável e no futuro contrato:

- a) Executar os serviços em estrita conformidade com este Termo de Referência, com as normas técnicas aplicáveis e com as orientações da fiscalização;
- b) Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e insumos necessários à completa execução do objeto;
- c) Apresentar, quando exigido, documentação técnica dos materiais (fichas técnicas, certificados, laudos, etc.);
- d) Manter, durante toda a execução contratual, **responsável técnico habilitado, indicado pela contratada**, com respectiva ART/RRT/TRT;
- e) Adotar medidas de segurança do trabalho, observando as normas regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho e Emprego, especialmente quanto ao uso de EPIs e EPCs;
- f) Isolar e sinalizar adequadamente as áreas em intervenção, de modo a garantir a segurança de usuários e servidores;
- g) Realizar a desmontagem do forro existente com o devido cuidado para não causar danos às instalações elétricas, de climatização, de combate a incêndio e demais sistemas existentes;

- h) Promover a **destinação ambientalmente adequada** dos resíduos gerados, em conformidade com a legislação vigente, assumindo integral responsabilidade por eventuais danos decorrentes de destinação inadequada;
- i) Reparar ou repor, às suas expensas, quaisquer danos materiais causados a bens do TRE/PB em decorrência de sua atuação;
- j) Atender às solicitações da fiscalização, sanando eventuais irregularidades ou não conformidades apontadas, no prazo que lhe for assinalado;
- k) Garantir o sigilo e a integridade de informações eventualmente acessadas em razão da execução dos serviços, quando aplicável;
- l) Observar prazos e condições de execução estabelecidos, comunicando tempestivamente qualquer fato que possa atrasar ou prejudicar o cumprimento das obrigações;
- m) Fornecer **garantia mínima** para o sistema de forro instalado (materiais e serviços), em prazo a ser definido no contrato, contado a partir do recebimento definitivo;
- n) Compromisso de apresentação de **ART/RRT/TRT e/ou do Conselho Competente** relativa à execução dos serviços, quando da assinatura do contrato ou da emissão da Ordem de Serviço.

8.2. Subcontratação

8.2.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual, visto que se trata de um serviço sem complexidade técnica e prestado por diversas empresas no mercado, inclusive por ME/EPPs.

8.3. Garantia da contratação

8.3.1 Não haverá exigência da garantia da contratação por se tratar de um serviço sem complexidade e de pronta instalação.

8.4. Vistoria

8.4.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado o direito a realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 8 às 14s, por meio do contato 83 3512 1462 (SEARQ).

8.5 Garantia Contratual:

8.5.1. Constituem obrigações da contratada, alés das demais previstas:

Fornecer **garantia contratual de 12 (doze) meses** para materiais e serviços, a partir do recebimento definitivo, respondendo por:

- I. Defeitos de fabricação ou instalação;
- II. Não conformidade com as normas técnicas deste TR;
- III. Reparo de danos decorrentes de falhas no sistema de forro;
- IV. Apresentação de relatório técnico de correção, quando acionada.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Constituem obrigações da Contratante (TRE/PB), por meio das unidades competentes:

- a) Disponibilizar à Contratada acesso às áreas de execução dos serviços, em horários previamente acordados;
- b) Fornecer, quando disponível, plantas e informações relevantes sobre instalações existentes (elétricas, hidráulicas, climatização, combate a incêndio, etc.);
- c) Designar **gestor e fiscal de contrato**, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e da regulamentação interna, para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços;

- d) Examinar e responder, em tempo razoável, às comunicações formais da Contratada, relativas à execução contratual;
- e) Realizar as medições dos serviços efetivamente executados, com base nas informações fornecidas pela fiscalização, para fins de pagamento;
- f) Efetuar os pagamentos devidos à Contratada, nas condições, prazos e forma estabelecidos no contrato, observando a ordem cronológica de pagamentos, conforme legislação aplicável e normas internas (inclusive a Portaria nº 84/2023);
- g) Comunicar formalmente à Contratada quaisquer irregularidades verificadas na execução dos serviços, determinando a sua correção;
- h) Adotar as medidas necessárias à aplicação de sanções, quando cabíveis, garantindo o contraditório e a ampla defesa.

10. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

10.1. A solução contempla o **ciclo de vida** do objeto, abrangendo:

I – **Desmontagem e retirada** do forro existente, incluindo seus componentes de sustentação incompatíveis com o novo sistema;

II – **Segregação, acondicionamento temporário e transporte** dos resíduos gerados, em atendimento à Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e regulamentação aplicável;

III – **Fornecimento** de todos os materiais necessários à instalação do novo forro em estrutura metálica;

IV – **Instalação** do sistema de forro conforme especificações técnicas, integrando-se adequadamente a luminárias, sistemas de climatização, equipamentos de combate a incêndio, sensores e demais elementos instalados no teto;

V – **Entrega do ambiente limpo**, com retirada de entulhos e resíduos ao final dos serviços;

VI – **Garantia** dos serviços e materiais por período a ser definido no contrato, com suporte à manutenção e eventuais correções.

10.2. A descrição detalhada da solução, das alternativas avaliadas e da justificativa pela escolha encontra-se pormenorizada nos Estudos Técnicos Preliminares – ETP.

11. FISCALIZAÇÃO

11.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pela equipe de planejamento da contratação, na forma da legislação vigente, com as atribuições de:

- a) verificar a conformidade da execução com o contrato e com este Termo de Referência;
- b) registrar ocorrências relevantes em relatórios ou termos próprios;
- c) indicar eventuais não conformidades e determinar sua correção;
- d) atestar as medições e o recebimento provisório e definitivo dos serviços.

11.2. A atuação da fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução do objeto.

12. FORMA E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

12.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

12.2. O fornecedor será selecionado por meio de **procedimento licitatório**, a ser definido pela Administração, observados os limites e condições da Lei nº 14.133/2021 e regulamentação interna.

12.3. Em princípio, considerando tratar-se de **serviço comum de engenharia**, recomenda-se a utilização de **licitação com critério de julgamento de menor preço**, na forma eletrônica, nos termos da legislação aplicável e das regulamentações da Presidência da República e do Ministério da Economia adotadas pelo TRE/PB, conforme Portaria nº 84/2023.

12.4. O critério de julgamento e a forma de disputa (aberta ou fechada, ou combinação de ambas) serão definidos no edital, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, observando-se, no que couber, a Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2021 e demais normas referidas na Portaria nº 84/2023.

12.2 Qualificação Técnica Operacional

Para fins de habilitação, será exigida **qualificação técnica compatível com o objeto**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, podendo compreender, conforme definido no edital, dentre outros:

I – **Atestado(s) de capacidade técnica** emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante executou, de forma satisfatória, serviços de natureza semelhante aos ora licitados (instalação de forros em material similar, preferencialmente em ambientes institucionais, com metragem compatível) por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, registrado no conselho competente;

II – Indicação de **responsável(is) técnico(s)** habilitado(s) junto ao Conselho competente, com apresentação de certidão de registro e regularidade;

III - Certidão de registro e quitação de pessoa jurídica, expedida por conselho profissional competente, em nome de cada Licitante. A referida Certidão deverá comprovar que em seu objetivo social o Licitante está habilitado a exercer atividade relacionada ao objeto deste Termo de Referência.

12.3 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes **características mínimas**: execução, de no mínimo 600m², de forros em placas modulares removíveis com utilização de ferragens.

12.4. As exigências específicas de qualificação técnica serão detalhadas no edital, de forma objetiva e proporcional ao objeto, em consonância com o art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

12.3 Qualificação Técnica Profissional

I - **Atestado(s) de capacidade técnica** emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante executou, de forma satisfatória, serviços de natureza semelhante aos ora licitados (instalação de forros em material similar, preferencialmente em ambientes institucionais, com metragem compatível) por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, registrado no conselho profissional competente.

Para fins da comprovação de que trata o item anterior, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes **características mínimas**: execução, de no mínimo 600m², de forros em placas modulares removíveis com utilização de ferragens.

13. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (Art. 6º, XXIII, "g", da Lei nº 14.133/2021):

Do recebimento

13.1. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

13.1.1. Fornecimento do material de acordo com as especificações.

13.1.2. Instalação executada dentro do prazo definido, atendendo aos requisitos contidos nesse Termo de Referência.

13.1.3. Facilidade de comunicação/obtenção de resposta da empresa e/ou do preposto.

13.1.4. Atendimento às solicitações do TRE-PB.

13.2. O pagamento será realizado **em parcela única**, após a **entrega definitiva do material e a conclusão dos serviços**, mediante atesto da fiscalização e apresentação da documentação fiscal correspondente. A **Ordem de Compra/Ordem de Serviço acompanhada da respectiva Nota de Empenho**, servirá como instrumento hábil para a execução do objeto e para o pagamento.

13.3. Os materiais serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

13.4. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

13.5. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

13.6. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.

13.7. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

13.8. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

13.9. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

13.10. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Da Liquidação

13.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

13.10.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, por força do disposto no art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

13.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

13.11.1. O prazo de validade;

13.11.2. A data da emissão;

13.11.3. Os dados do contrato e do órgão CONTRATANTE;

13.11.4. O período respectivo de execução do contrato;

13.11.5. O valor a pagar e

13.11.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

13.12. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao CONTRATANTE.

13.13. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

13.14. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do TRE-PB, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

13.15. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

13.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

13.17. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a CONTRATADA a ampla defesa.

13.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

13.19. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

13.19.1 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, por força do disposto no art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

13.20. Havendo atraso no pagamento de suas obrigações, o TRE/PB procederá à atualização financeira diária de seus débitos, onde os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, conforme a seguinte fórmula:

$$I = (TX / 100) 365$$

$$EM = I \times N \times VP$$

onde: I = Índice de atualização financeira; TX = Percentual da taxa de juros de mora anual; EM = Encargos moratórios; N = Número de dias entre a data prevista

para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso.

Forma de pagamento

13.21. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA.

13.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

13.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

13.24. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

13.25. A CONTRATADA, regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

14. SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o licitante ou o contratado que:

I - Der causa à inexecução parcial do contrato;

II - Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - Der causa à inexecução total do contrato;

IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação e

XII - Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

14.2. O licitante ou o contratado que incorrer em infração administrativa prevista na alínea anterior, apurada em regular processo administrativo, com garantia de contraditório e ampla defesa, sujeitar-se-á às seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa;

III- Impedimento de licitar e contratar;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.3. A aplicação das sanções previstas na alínea "b" não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

14.4. A sanção de advertência será aplicável na hipótese de inexecução parcial do contrato que não implique em grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, bem como na hipótese de descumprimento de pequena relevância praticado pelo contratado e que não justifique imposição de penalidade mais grave.

14.5. A multa será aplicada, isolada ou cumulativamente com outras penalidades previstas na alínea "b", ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas na alínea "a".

14.6. A multa será calculada no percentual de 15% (quinze por cento) do valor da ordem de compra.

14.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será obtida observando-se a seguinte ordem:

I - utilização da garantia eventualmente prestada;

II - compensação dos créditos de outros contratos firmados pelo contratado com este Regional, na forma do termo de referência, do edital ou do contrato;

III - por via judicial.

14.8. O atraso injustificado na execução do pactuado sujeitará o contratado a multa de mora de 0,5 (zero vírgula cinco por cento) ao dia sobre o valor da ordem de compra.

14.9. A aplicação de multa moratória não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções dispostas na alínea "b".

14.10. A sanção de impedimento de licitar e contratar prevista na alínea "b" . será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos [itens II, III, IV, V, VI e VII](#) da alínea "a", quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.11. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos [itens VIII, IX, X, XI e XII](#) da alínea "b", bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII da referida na alínea que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida na alínea "j", e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

14.12. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar requererá a condução de processo de responsabilização por Comissão Permanente de Responsabilização de Licitantes e Contratados - CPRLC.

14.13 O descumprimento das obrigações de garantia sujeitará a Contratada a:

- a) **Notificação** para cumprimento em 10 dias úteis;
- b) **Execução direta** pelo TRE/PB, com ressarcimento pelas despesas + 20%;
- c) **Multa** de 10% do valor do reparo, se comprovada má-fé ou reincidência.

15. DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Documento de Formalização da Demanda (DFD), com os Estudos Técnicos Preliminares (ETP) e com as diretrizes constantes da Portaria nº 84/2023 TRE-PB/PTRE/ASPRE.

15.2. Os casos omissos serão resolvidos à luz da legislação aplicável, da jurisprudência e das normas internas do TRE/PB.

LUCIANO JORDAN CASTOR DE LIMA
TÉCNICO JUDICIÁRIO

Documento assinado eletronicamente por LUCIANO JORDAN CASTOR DE LIMA em 30/01/2026, às 13:52, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

EDERSON DE ARAÚJO JÚNIOR
COORDENADOR(A) DE SERVIÇOS GERAIS

Documento assinado eletronicamente por EDERSON DE ARAÚJO JÚNIOR em 30/01/2026, às 14:09, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

MÁRCIA DE SOUSA JAGUARIBE BRASILEIRO
COORDENADOR(A) DE MATERIAL

Documento assinado eletronicamente por MÁRCIA DE SOUSA JAGUARIBE BRASILEIRO em 30/01/2026, às 14:13, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pb.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=2298196&crc=46E50C72, informando, caso não preenchido, o código verificador **2298196** e o código CRC **46E50C72**..



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA

Anexo**II****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026**

(Processo SEI n.º 0001423-20.2026.6.15.8000)

DAS ESPECIFICAÇÕES E DOS QUANTITATIVOS

Item	Und	Qtde	Descrição	Valor Total do Serviço (R\$)
------	-----	------	-----------	------------------------------------

01	Ser v	01	Contratação de empresa especializada para a remoção de forro existente, fornecimento e instalação de forro do tipo modular, apoiado em estrutura metálica, bem como o fornecimento e instalação de bandeira de drywall para fechamento modular, nos corredores, espaços de convivência e halls dos elevadores dos 6 (seis) pavimentos do prédio-sede do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, incluindo todos os materiais, insumos, equipamentos de segurança, ferramentas, mão de obra, transporte, desmontagem e destinação adequada do forro existente. Conforme Termo de Referência, Anexo I do edital.	
----	----------	----	--	--

OBSERVAÇÃO:

1.º) Havendo qualquer discordância entre a descrição do CATMAT/CATSER e a do EDITAL, prevalecerá a descrição do EDITAL.

João Pessoa (PB), 04 de fevereiro de 2026.

ANDREZA ALVES GOMES
PREGOEIRO(A)



Documento assinado eletronicamente por ANDREZA ALVES GOMES em 04/02/2026, às 13:33, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pb.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=2302707&crc=801ED85B, informando, caso não preenchido, o código verificador **2302707** e o código CRC **801ED85B**.



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026
(Processo SEI n.º 0001423-20.2026.6.15.8000)

ANEXO III

ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA**

Avenida Princesa Isabel, 201 - Bairro Centro - CEP 58020-911 - João Pessoa - PB - <http://www.tre-pb.jus.br>

Contratação - Estudos Preliminares IN 1/2018TREP n° 3/2026 - COMAT

I- Necessidade da contratação:

A necessidade da contratação decorre do Documento de Formalização da Demanda (DFD) 2292350, que identificou a urgência de substituir o forro atualmente existente nos corredores e halls dos elevadores dos 6 pavimentos do prédio-sede do TRE/PB, em razão de:

- desgaste físico e comprometimento estético do forro atual;
- riscos associados a desprendimento de elementos, com possível comprometimento da segurança de servidores, magistrados, colaboradores e público em geral;
- inadequação do sistema atual aos requisitos de desempenho acústico e de segurança contra incêndio exigidos pelas normas técnicas vigentes;
- necessidade de melhoria das condições de conforto ambiental (acústico e térmico) em áreas de grande circulação.

A solução proposta consiste na **desmontagem do forro existente, fornecimento e instalação de novo forro do tipo modular mineral apoiado em estrutura metálica e bandeira em drywall para fechamento modular**, abrangendo:

- áreas horizontais dos corredores e halls dos elevadores dos 6 pavimentos;
- partes verticais ("virada" do forro) necessárias ao adequado acabamento e fechamento do sistema.

A área total estimada a ser atendida é de:

- **Área horizontal:** 1.300 m²;
- **Área vertical:** 12 m² por pavimento × 6 pavimentos = **72 m²**;
- **Total estimado:** 1.372 m² (antes da aplicação de margem técnica).

II - Equipe de planejamento:

A equipe de planejamento da contratação, designada nos termos da normativa interna, é composta pelos seguintes servidores:

- **Luciano Jordan Castor de Lima – SEARQ**
 - Responsabilidade: coordenação técnica da demanda, definição de especificações e validação de quantitativos.
- **Ederson da Silva Junior – COSEG**

- Responsabilidade: análise dos aspectos de segurança física e de conformidade com normas de prevenção e combate a incêndio.

- **Márcia de Sousa Jaguaribe Brasileiro – COMAT**

- Responsabilidade: estimativa de custos e adequação da contratação ao planejamento de gastos.

III - Normativos que disciplinam os serviços ou a aquisição a serem contratados, de acordo com a sua natureza:

A contratação deverá observar, dentre outros, os seguintes normativos:

- 1) **Lei nº 14.133/2021** – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, que estabelece as normas gerais sobre licitações e contratos no âmbito da Administração Pública.
- 2) **Normas da ABNT**, em especial:
 - **NBR 15.575 – Edificações Habitacionais – Desempenho**, no que couber, especialmente requisitos de desempenho acústico, térmico e de durabilidade;
 - **NBR 5410 – Instalações Elétricas de Baixa Tensão**, quanto à interação entre forros e instalações elétricas aparentes/embutidas, no que couber.
- 3) **Normas e atos internos do TRE/PB**, incluindo:
 - normativos internos sobre obras e serviços de engenharia, quando aplicáveis;
 - instruções normativas relacionadas ao Plano de Logística Sustentável (PLS) e ao Planejamento Anual de Contratações.
- 4) **Legislação ambiental e de resíduos**, no que se refere à destinação adequada de resíduos da desmontagem do forro existente, notadamente:
 - Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e regulamentos correlatos.

IV - Referência a outros instrumentos de planejamento do órgão ou entidade (se houver):

A contratação está alinhada aos seguintes instrumentos de planejamento do TRE/PB:

- 1) **Planejamento Estratégico do TRE/PB** (vigente):
 - Objetivo voltado à **Melhoria e Modernização da Infraestrutura Física**, com metas relacionadas à adequação dos ambientes de trabalho, promoção de condições adequadas de salubridade, segurança e conforto aos usuários e melhoria do atendimento ao cidadão.
- 2) **Plano de Logística Sustentável (PLS) do TRE/PB**:
 - **Promoção da sustentabilidade em obras e de engenharia**, com incentivo ao uso de materiais com menor impacto ambiental, maior vida útil, possibilidade de reciclagem e melhor eficiência energética (isolamento térmico).

V - Requisitos da contratação:

V.1 – Natureza do serviço

O serviço a ser contratado possui **natureza não continuada**, pois se trata de **serviço de execução pontual**, com início, meio e fim determinados e sem necessidade de prestação rotineira, periódica ou permanente. Após a conclusão da instalação do novo forro e realização dos testes e recebimento definitivo, não se vislumbra continuidade do mesmo objeto em caráter repetitivo.

V.2 – Requisitos técnicos e funcionais do objeto

O objeto a ser contratado deve atender, no mínimo, aos seguintes requisitos:

1) **Material principal (forro):**

- placas/painéis de **FORRO MODULAR MINERAL DE ESPESSURA 13MM NO FORMATO 0625X0625MM**, com:
 - densidade mínima adequada ao desempenho acústico e térmico especificado em projeto;
 - boa resistência à deformação e ao empenamento;
 - características de não propagação de chamas, em conformidade com as normas de segurança contra incêndio (classificação apropriada de reação ao fogo).

2) **Estrutura de sustentação:**

- perfis metálicos (aço galvanizado ou equivalente), com resistência mecânica compatível, protegidos contra corrosão, dimensionados conforme as cargas atuantes e as recomendações do fabricante do sistema de forro.

3) **Segurança contra incêndio:**

- materiais com característica de não propagação de chamas e baixa emissão de fumaça tóxica, observadas as normas do CBM/PB e demais regulamentos pertinentes;
- instalação que não prejudique sistemas de detecção e combate a incêndio existentes (sprinklers, detectores, iluminação de emergência, etc.).

4) **Desmontagem do forro existente:**

- o escopo da contratação **deve incluir a desmontagem completa do forro atualmente instalado**, bem como a remoção de toda a estrutura de suporte eventualmente incompatível com o novo sistema;
- remoção, acondicionamento e destinação ambientalmente adequada dos resíduos, em conformidade com a legislação de resíduos sólidos e normas municipais/estaduais aplicáveis.

5) **Execução dos serviços:**

- a execução deverá ser planejada de forma a minimizar o impacto nas atividades do TRE/PB, podendo ser exigida a realização dos serviços em horários diferenciados (por exemplo, fora do expediente normal e/ou em dias não úteis);
- deverá ser garantida a manutenção de condições seguras de circulação durante a obra, com adequada sinalização e isolamento de áreas;
- **os equipamentos e ferramentas para instalação do drywall** deverão ser fornecidos pela contratada.

6) **Garantia de qualidade e assistência pós-obra:**

- garantia mínima para materiais e serviços (prazo a ser definido no Termo de Referência, conforme prática do órgão e especificações técnicas);
- fornecimento de manuais de manutenção e recomendações do fabricante, bem como treinamento básico à equipe de manutenção predial, se necessário.

VI - Estimativa das quantidades

VI.1 – Método adotado

Foram consideradas:

- as áreas indicadas no DFD (corredores e halls de elevadores dos 6 pavimentos);

- a informação **fornecida pela COSEG/SEARQ** de que a área horizontal total necessária é de **1.300 m²**;
- a necessidade de revestimento das partes verticais ("viradas") do forro, estimada em **12 m² por pavimento**, para cada um dos 6 pavimentos.

Com base nesses dados, a memória de cálculo é a seguinte:

- **Área horizontal total:** 1.300 m²;
- **Área vertical total:** 12 m²/pavimento × 6 pavimentos = **72 m²**;
- **Área total estimada (sem margem):** 1.300 m² + 72 m² = **1.372 m²**.

VI.2 – Referência a contratações anteriores

Como referência técnica e de composição de quantitativos, considera-se a contratação anterior de natureza semelhante realizada pelo TRE/PB, registrada na **NFS nº 2838** (anexa aos autos), oriunda do processo SEI 0005661-19.2025.6.15.8000, que tratou da adesão à ARP 27/2024 - PE SRP Nº 90007/2024/SR/PF/PE, no que diz respeito ao FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE FORRO DE LÃ DE VIDRO, APOIADO EM ESTRUTURA METÁLICA - TR 2175622.

Tal referência é útil:

- para verificação da ordem de grandeza de quantidades e serviços acessórios envolvidos (desmontagem, transporte, descarte, etc.);
- para auxiliar a equipe técnica na conferência da coerência dos quantitativos ora estimados.

VII - Estimativas de preços ou preços referenciais:

VII.1 – para estimativa de preços

A estimativa preliminar de preços será obtida por meio de:

- 1) **Pesquisa de mercado** com, preferencialmente, no mínimo 3 (três) fornecedores aptos a fornecer e instalar forro de lã de vidro com características similares às pretendidas, contemplando:
 - preço unitário de fornecimento de material (R\$/m²);
 - preço unitário de instalação do forro (R\$/m²);
 - preço unitário para desmontagem e destinação de forro existente (R\$/m²).
- 2) **Análise de contratações anteriores:**
 - verificação de valores praticados em contratações semelhantes pelo TRE/PB ou por outros órgãos públicos, atualizados por índices oficiais de correção monetária, para fins de comparação.

A partir dos valores obtidos, será calculado um **preço médio estimado**, com análise de eventuais discrepâncias, para estabelecimento do valor estimado da contratação.

VII.2 – Estimativa preliminar (exemplo paramétrico)

Para fins estritamente de estudo preliminar (ETP), e considerando preços praticados no mercado para forros de lã de vidro com estrutura metálica, pode-se trabalhar com valores de referência exemplificativos, a serem posteriormente confirmados pela pesquisa formal:

- Área total estimada para contratação: **1.372 m²**.

Valores paramétricos hipotéticos (apenas para dimensionamento preliminar):

- Desmontagem e destinação de forro existente: R\$ X,XX / m²;
- Fornecimento e instalação de forro de lã de vidro em estrutura metálica: R\$ Y,YY / m².

O valor global estimado será obtido multiplicando-se os preços unitários apurados pela área total contratada, somados aos serviços acessórios eventualmente necessários (andaimes, proteção de mobiliário, etc.), tudo devidamente registrado em **memória de cálculo específica**, que integrará os autos quando da conclusão da pesquisa de mercado.

As memórias de cálculo e todos os documentos de suporte (cotações, planilhas, referências de mercado) **serão oportunamente juntados ao processo**, em atendimento às exigências normativas.

VIII - Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis:

1) **A contratação é viável e necessária**, pois:

- atende a uma necessidade concreta do órgão, relacionada à segurança, conforto e adequação dos ambientes de circulação;
- está alinhada ao Planejamento Estratégico e ao Plano de Logística Sustentável;
- utiliza solução consagrada no mercado (forro de lã de vidro em estrutura metálica), tecnicamente adequada e compatível com as normas vigentes;
- permite a melhoria das condições de trabalho e atendimento ao público, com impacto positivo na ambiência institucional.

2) **A solução escolhida mostra-se adequada**, considerando:

- desempenho acústico e térmico;
- conformidade com normas de segurança contra incêndio;
- possibilidade de incorporar práticas de sustentabilidade (materiais, destinação de resíduos, eficiência energética).

IX - Objeto:

Contratação de empresa especializada para o **fornecimento de materiais, desmontagem do forro existente, instalação de novo forro modular mineral apoiado em estrutura metálica e instalação de bandeira de drywall para fechamento de forro modular nas áreas verticais ("testeira")**, incluindo todos os insumos, equipamentos, mão de obra, transporte e demais serviços necessários à plena execução do objeto, nos corredores e halls dos elevadores dos 6 pavimentos do prédio-sede do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba – TRE/PB, conforme especificações técnicas, quantidades estimadas e demais condições a serem estabelecidas em Termo de Referência.

X - Declaração da viabilidade ou não da contratação:

Diante de todo o exposto, **declara-se viável a contratação** do objeto descrito no item IX, recomendando-se a continuidade do processo com a elaboração do Termo de Referência, realização da pesquisa de preços detalhada e demais etapas previstas na legislação e nas normas internas do TRE/PB.

EDERSON DE ARAÚJO JÚNIOR
COORDENADOR(A) DE SERVIÇOS GERAIS



Documento assinado eletronicamente por EDERSON DE ARAÚJO JÚNIOR em 29/01/2026, às 16:12, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

LUCIANO JORDAN CASTOR DE LIMA
TÉCNICO JUDICIÁRIO



Documento assinado eletronicamente por LUCIANO JORDAN CASTOR DE LIMA em 30/01/2026, às 10:29, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

MÁRCIA DE SOUSA JAGUARIBE BRASILEIRO
COORDENADOR(A) DE MATERIAL



Documento assinado eletronicamente por MÁRCIA DE SOUSA JAGUARIBE BRASILEIRO em 30/01/2026, às 10:32, conforme art. 1º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-pb.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=2293002&crc=199827C7, informando, caso não preenchido, o código verificador **2293002** e o código CRC **199827C7**..

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026
(Processo SEI n.º 0001423-20.2026.6.15.8000)

Anexo IV

Modelo de Declaração de Conhecimento das Condições e Peculiaridades

Data da declaração: ____/____/____

A empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, situada _____ (Endereço completo), por intermédio de seu Representante Legal, declara, sob as penalidades da lei, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços previstos no Edital da licitação em referência, optando por não realizar Vistoria Técnica Prévia e assumindo total responsabilidade por esse fato, e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com o Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026
(Processo SEI n.º 0001423-20.2026.6.15.8000)

ANEXO V

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO
DISPOSTO NO ART. 3º DA RESOLUÇÃO Nº 07 DO CNJ**

DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa) _____, inscrito no CNPJ nº _____ por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARO, para fins do disposto no art 3º da Resolução do CNJ nº 07, de 18 de outubro de 2005, com a nova redação que lhe foi dada pela Resolução do CNJ nº 09 do CNJ e conforme o entendimento daquele Conselho exposto na alínea “a” do Enunciado Administrativo nº 01, que a nossa empresa não tem e nem contratará *DIRETORES* e *OCUPANTES DE FUNÇÃO DE GESTÃO DA EMPRESA*, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, inclusive, de ocupantes de cargo de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRE/PB, durante o período de vigência do contrato decorrente deste certame.**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026
(Processo SEI n.º 0001423-20.2026.6.15.8000)

ANEXO VI

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO
DISPOSTO NO ARTIGO 4º DA RESOLUÇÃO Nº 156 DO CNJ**

DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa) _____, inscrito no CNPJ nº _____ por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARO, para fins do disposto no artigo 4º da Resolução nº 156, de 08 de agosto de 2012 do CNJ, que a nossa empresa não colocará empregados para o exercício de funções de chefia que incidam na vedação dos arts. 1º e 2º da mencionada Resolução, devendo tal condição ser mantida durante todo o contrato.**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026
(Processo SEI n.º 0001423-20.2026.6.15.8000)

ANEXO VII

**TERMO DE RESPONSABILIDADE E CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES
DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA - CONTRATAÇÕES**

Anexo do Contrato nº _____, celebrado entre a União, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, e a empresa _____.

_____ inscrita no CNPJ nº _____, nesse ato representada por _____, inscrita(o) no CPF nº _____, doravante denominada CONTRATADA, apresenta o presente Termo de Responsabilidade e Confidencialidade das Informações, obrigando-se a não divulgar, sem autorização do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, segredos e informações produzidos, recebidos e custodiados pelo TRE-PB, bem como informações sobre quaisquer assuntos de que tomar conhecimento em razão da execução desta contratação, em conformidade com as seguintes cláusulas e condições.

Cláusula Primeira – A Contratada reconhece que, com a aceitação do presente termo, as atividades desenvolvidas envolvem contato com informações restritas ou sigilosas. Essas informações devem ser tratadas confidencialmente sob qualquer condição e não podem ser divulgadas a quaisquer pessoas físicas ou jurídicas não autorizadas sem a expressa autorização do TRE-PB, comprometendo-se a Contratada a manter sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse do TRE-PB ou de terceiros, de que tomar conhecimento em razão da execução dos serviços contratados, sob pena de responsabilidade civil e administrativa, sem prejuízo da responsabilidade penal de quem tenha descumprido as obrigações assumidas.

Cláusula Segunda – A Contratada reconhece que, em caso de dúvida acerca da confidencialidade de determinada informação, esta deverá ser tratada sob sigilo, até que venha a ser autorizado, pelo TRE-PB, a tratá-la diferentemente. Em hipótese alguma o silêncio do TRE-PB deverá ser interpretado como liberação de quaisquer dos compromissos ora assumidos.

Cláusula Terceira – A Contratada obriga-se a informar ao TRE-PB, imediatamente, qualquer violação das regras de sigilo por parte dela, de qualquer de seus empregados e empregadas ou de quaisquer outras pessoas, inclusive nos casos de violação não intencional ou culposa de sigilo das informações a ele inerentes.

Cláusula Quarta – As obrigações a que alude este instrumento perdurarão, inclusive, após a cessação de vínculo entre a Contratada e o TRE-PB.

Cláusula Quinta – Caso a revelação das informações seja determinada por ordem judicial, a parte notificada se compromete a avisar à outra, para que possa tomar todas as medidas preventivas para proteger as informações. Nesse caso, a parte deverá revelar

apenas as informações exigidas por determinação judicial e deverá informar à outra quais as informações e em que extensão serão reveladas.

Cláusula Sexta – A Contratada compromete-se a dar ciência do teor do presente termo aos empregados e empregadas alocadas na prestação dos serviços contratados, mediante assinatura Declaração de Ciência, conforme modelo anexo.

Cláusula Sétima – A celebração do Termo de Responsabilidade e Confidencialidade das Informações e da Declaração de Ciência não prejudica nem dispensa a celebração de outros instrumentos de responsabilidade e compromisso previstos para contratações específicas.

E por estarem assim justos e de acordo, firmam este Termo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026
(Processo SEI n.º 0001423-20.2026.6.15.8000)

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DO TERMO DE RESPONSABILIDADE E CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA

Anexo do Contrato nº _____, celebrado entre a União, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, e a empresa _____.

O(s) funcionário(s) e funcionária(s) abaixo qualificado(s) e qualificada(s) declara(m) ter pleno conhecimento do teor do Termo de Responsabilidade e Confidencialidade das Informações do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba firmado pela Empresa _____ com o TRE-PB, e assume(m) a obrigação de cumpri-lo em sua integralidade, sob pena de responsabilização, na forma da lei.

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, a presente Declaração de Ciência é assinada pela(s) parte(s) declarante(s).

Identificação do(s) declarante(s)

Nome	Identidade	CPF	Função
------	------------	-----	--------